

TENDÊNCIAS

Setor externo limita crescimento e emprego

Poder de competição continua baixo, por causa de juros e custos externos às empresas

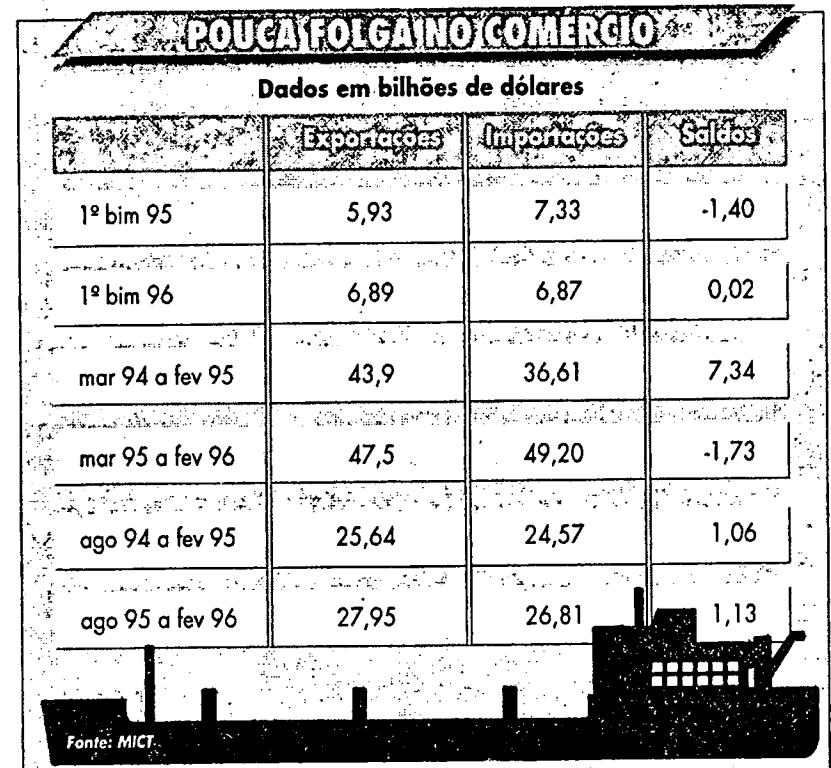
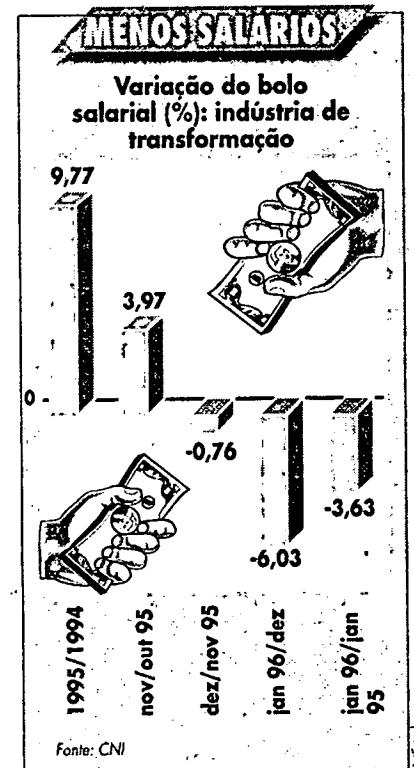
ROLF KUNTZ

Continua estreito o espaço para o crescimento econômico. Pelo menos, para crescimento sem estrago nas contas externas, como indica a mediocre recuperação do saldo comercial. O superávit, nos últimos quatro meses, ficou em apenas US\$ 8 milhões. Para março, a expectativa oficial é de mais um empate técnico, podendo ocorrer pequeno superávit ou pequeno déficit.

Na área dos preços a situação é mais tranquila. Sem aumento dos combustíveis, o Índice de Preços ao Consumidor da Fipe pode subir entre 0,8% e 1% neste mês e entre 0,5% e 0,7% em abril. Com aumento de 12%, a taxa ficará entre 1% e 1,2% neste mês e entre 0,9% e 1,1% no próximo. As projeções foram divulgadas pelo escritório LCA Consultores, de São Paulo. Não há risco visível de repique inflacionário, neste ano, apesar da redução da safra nacional e da baixa do estoque mundial de produtos agrícolas. Mas a inflação continuará a ser contida pelo câmbio valorizado e por juros maiores que os do Exterior, mesmo que as taxas internas permaneçam em queda. A criação de empregos, portanto, continuará travada. Isto na melhor hipótese. Na pior, as demissões continuarão, como têm continuado há 10 meses na indústria paulista: desde maio, 294 mil vagas foram fechadas nas fábricas do Estado de São Paulo.

O balanço de pagamentos continua a ser a principal restrição ao crescimento. No ano passado, houve um déficit próximo de 18 bilhões nas contas correntes, formadas pelas contas de mercadorias, de serviços (juros, viagens e fretes são alguns dos principais componentes) e de transferências unilaterais. O número seria bem pior, se os brasileiros no Japão não houvessem mandado quase US\$ 4 bilhões para casa.

O déficit comercial, US\$ 3,15 bilhões entre janeiro e dezembro do ano passado, caiu para US\$ 1,73 bi-



lhão nos 12 meses terminados em fevereiro. A avaliação pode ser mais realista se for considerado um período mais curto. A partir de agosto, os efeitos da nova política de câmbio já foram bem visíveis. Além disso, a partir daí a desvalorização cambial se tornou mais ou menos regular, com a paridade efetiva praticamente constante para o conjunto dos preços industriais. De agosto a fevereiro houve um superávit de US\$ 1,13 bilhão, realizado quase todo nos primeiros três meses. Mantida a média mensal, pode-se chegar a US\$ 1,9 bilhão num ano. O resultado final ainda poderá ser um déficit em conta-corrente de uns US\$ 12 bilhões, pouco inferior a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) e facilmente financiável. Mas esse é um quadro compatível com uma economia em crescimento não muito diferente de 3%, ritmo aceitável, no Brasil, apenas por pouco tempo.

Além de tudo, o impulso inicial de crescimento, proporcionado pela

baixa da inflação e pelo aumento da renda real dos trabalhadores, pode esgotar-se, com a redução do emprego. No ano passado, a massa de salários na indústria de transformação cresceu 9,77%, segundo os cálculos da Confederação Nacional da Indústria (CNI). No mesmo período, o pessoal empregado no setor diminuiu 1,12%. No conjunto da economia, o desemprego se manteve mais ou menos constante e aumentou o

poder de compra da população. O emprego industrial, porém, continua a cair e o bolo salarial da indústria de transformação, segundo a CNI, foi em janeiro menor que em novembro.

Mas há um dado mais grave. De janeiro a novembro do ano passado, o total de salários líquidos pagos pela indústria foi maior que o de um ano antes, comparando-se os mesmos meses de cada ano. Em dezembro, esse total foi 0,92% menor que o de um ano antes. Em janeiro de 1996, 6,7% menor que o de janeiro de 1995.

DEMISÕES REDUZEM BOLO DE SALÁRIOS NA INDÚSTRIA

A falta de datas-bases importantes no início do ano pode explicar parte da queda, mas a redução do emprego e a atividade bem menor que a de um ano antes também pesaram. A massa ainda é bem maior que a de antes do real, mas a tendência recente pode ser um alerta.

O desemprego não se explica só pela restruturação das empresas, mas também pela exposição à concorrência em condições desfavoráveis. Não se trata de problemas de dumping de subsídios na origem. A taxa de câmbio de importação é reduzida pelo crédito mais barato e mais fácil no Exterior (há quem estime a taxa em cerca de R\$ 0,85 por dólar). Além de juros muito mais altos, porém, o produtor nacional tem de enfrentar outros obstáculos externos à empresa, como tributação inadequada, com grande peso sobre a compra de máquinas e todo o ciclo de produção, e custos de transportes muito maiores que os dos concorrentes. Se esses custos caíssem, a âncora cambial, importante para a contenção dos preços, atrapalharia muito menos a produção e a criação de empregos. Não há sinal de mudanças nesse quadro, neste ano.